

Cinco milhões e meio de votantes em 4017 freguesias e 304 concelhos

Cerca de cinco milhões e meio de portugueses irão participar, pela primeira vez, no dia 12 de Dezembro, em eleições para os órgãos de poder local — assembleias de freguesia, assembleias municipais e câmaras municipais — eleições que, depois das realizadas para a Assembleia e para o Presidente da República, irão fechar o quadro institucional previsto pela Constituição.

Os eleitores dispõem-se por 304 concelhos e 4017 freguesias. Mas, em 755 freguesias do País (aquelas onde há menos de 300 eleitores inscritos), os votantes apenas escolherão os membros da assembleia municipal e da câmara municipal. E isto porque, nas freguesias com menos de 300 eleitores, o plenário dos eleitores funciona como assembleia de freguesia e será esse plenário que, dentro de algum tempo, irá escolher directamente a junta de freguesia.

Dos partidos ou frentes eleitorais concorrentes — onze no total: PS, FEPU (constituída pelo PCP, MDP, FSP e «independentes»), PSD, CDS, GDUP, MRPP, PCP (M-L), LCI, PRT, PPM e PDC — apenas cinco apresentam candidaturas em mais de 25% dos concelhos do

País: PS (em 300; ou seja, 98,7% FEPU (285; 94%), PPD/PSD (265; 87,1%), CDS (250; 82,2%) e GDUP (78; 26%). Isto no que respeita a listas para as câmaras municipais. No que respeita às listas para as assembleias municipais, os cinco principais partidos concorrem em: 98,7% do PS; 94% a FEPU; 87,5% do PPD/PSD; 66,7% do CDS; e 21% dos GDUP.

Os quatro maiores partidos portugueses, apesar do elevado número de candidaturas que apresentam, têm, no entanto, no que respeita aos concelhos dos 22 distritos do continente e ilhas, alguns pontos fracos, (distritos onde, para os órgãos do concelho, têm menor número de candidaturas). Assim, os «distri-

tos fracos» do PS são a Guarda, Vila Real e Viseu; os do PCP (FEPU), a Horta, Angra, Funchal e Ponta Delgada; os do PPD/PSD, Beja, Évora, Portalegre e Setúbal; e os do CDS, Beja, Évora, Faro, Santarém e Setúbal.

Mas, em termos de candidaturas, o PS aparece como o partido mais bem disseminado pelo todo nacional: no distrito mais fraco — o da Guarda — os socialistas apresentam, no entanto, listas em 86% dos concelhos, enquanto os valores para os restantes partidos são de 40% para o PCP (FEPU), na Horta, 21,4% para o PPD/PSD, em Beja, e 7,14% para o CDS (percentagem referente a assembleias municipais), também em Beja.

No que respeita às 3362 freguesias onde haverá eleições para a assembleia de freguesia, o PS apresenta listas em 80,5% delas (2625), sendo o seu distrito mais fraco Viseu (onde concorre em apenas 52,4% das freguesias). Para os restantes três partidos, os números são, respectivamente, os seguintes: PPD/PSD, 82,3% (2685), distrito mais fraco Beja (15%); CDS, 65,79% (2140), distrito mais fraco

Evora (5,45%); PCP (FEPU), 43% (1394), distrito mais fraco Horta (3%).

A campanha das cinco principais forças políticas tem-se centrado em torno de algumas ideias-força.

Assim, os candidatos do PS prometem tudo fazer «para que os órgãos do poder local se convertam na base da participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas imediatos que os afectam» e propõem-se fazer a revisão das receitas municipais para que concelhos e freguesias tenham disponibilidades financeiras, condição indispensável para a descentralização.

O PPD/PSD centra a sua campanha no slogan: «O futuro da tua terra está nas tuas mãos». Segundo um dos seus dirigentes, a campanha do partido girou «à volta da criação de órgãos eficientes e competentes». Os candidatos do PPD/PSD é que conduziram a campanha a nível local.

A FEPU (frente de que o PCP é o principal suporte) constitui-se para «responder aos anseios de, a nível local, unir todos os cidadãos, independentes dos partidos em que votaram em eleições anteriores, para a defesa de interesses comuns».

No que respeita ao CDS, o seu principal «slogan» foi o de «Portugal para os portugueses». A campanha foi conduzida regionalmente, de porta em porta e os candidatos escolhidos a nível local. Um dos pontos-base da campanha do CDS foi o constituir-se «em alternativa não socialista». Mas o CDS introduziu um certo «humor» na campanha, ao adoptar como um dos seus «slogans» a frase «baca-lhau para o Natal, só com Freitas do Amaral»...

Almorquim: cada vez

Afonso Praça

Aldeia da freguesia de Terragem, no concelho de Sintra, Almorquim esconde-se num vale, e poucos kms da estrada que liga aquela vila à Ericeira, e até a política só com dificuldade ali entra. Mas isto parece não preocupar muitos os seus habitantes que não dispõem sequer de uma escola e olham para a política com uma confessada desconfiança.

Em Almorquim, a vida corre sem sobressaltos, sorria e igual todos os dias. Apesar disso (ou por causa disso), Almorquim foi já título de jornal, mas nenhum dos seus habitantes leu. Vinte meses depois, há quem se lembre de ouvir falar, mas também isso não é importante, sobretudo numa altura em que o tempo vai mau para semear o o trigo.

«O voto foi um dever para muitos portugueses. Dever que, porém, nem todos cumpriram em plena posse dos elementos essenciais que permitiriam estabelecer, com um mínimo de honestidade, uma análise qualitativa de significado dos resultados dessa votação».

Escritas em Abril de 1975 e publicadas no primeiro número de «O Jornal», dias depois das eleições para a Assembleia Constituinte, estas palavras referem-se a Almorquim (título de reportagem: «A que distância fica Almorquim de Lisboa?») e continuam hoje válidas. Exemplo naquela altura, a pequena aldeia da freguesia de Terragem continua a poder ser apontada como um exemplo — de isolamento e de abandono.

Quando tempo passou desde aquelas palavras? Em Almorquim, o tempo não conta grande coisa. De concreto, sabe-se, porém, que tudo continua na mesma — o que quer dizer que Almorquim está cada vez mais longe de Lisboa.

Chego a Almorquim por uma tarde morninha, de chuva miudinha e dirijo-me a uma

das lojas existentes na aldeia, lojas de comércio misto que são também centros de convívio. Há quem me fale da escola que não têm («Escola não temos, só em Fão, aí a três km daqui»), há quem recorde que a povoação não tem água e que a luz eléctrica foi inaugurada há poucos anos — em 1 de Outubro de 1973, mais concretamente.

E a política

E a política? E os partidos políticos? E as eleições? Recebo respostas evasivas, nada de concreto ou então, «Estive para votar noutro, mas votei na foice e no martelo»; «Aqui ganhou o socialismo porque o socialismo é da gente que trabalha»; «Partidos não conhecemos, só da televisão»; «Os políticos são todos iguais, o que querem é governar-se».

Política em Almorquim? Nunca nenhum partido realizou ali uma breve sessão de esclarecimento e a maior parte dos habitantes nunca assistiu a um comício. A propaganda que lhes chega é canalizada pela televisão, o que é de todo e todo insuficiente, atendendo a que o número de televisores não chega à meia dúzia.

De qualquer modo, poucas abstenções se registaram entre os 423 eleitores inscritos, nas últimas eleições («A maior parte votou, só um ou outro velho é que não foi, porque a votação

Branco, amarelo e verde



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

BOLETIM DE VOTO EM PAPEL BRANCO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

BOLETIM DE VOTO EM PAPEL AMARELO



CÂMARA MUNICIPAL

BOLETIM DE VOTO EM PAPEL VERDE CLARO

Cada eleitor, ao dirigir-se à mesa de voto, receberá do presidente da mesa três boletins: um de cor branca, outro de cor amarela e um terceiro de cor verde-claro. O de cor branca servirá ao eleitor para votar na lista que entender dever ser eleita para a Assembleia de Freguesia; o de cor amarela, para votar na lista escolhida para a Assembleia Municipal; e o de cor verde-claro para votar na lista escolhida para a Câmara Municipal. Cada eleitor votará, assim, ao mesmo tempo, para três órgãos do poder local. Ao votar numa determinada lista para a Assembleia de Freguesia o eleitor estará ainda a escolher o presidente da Junta de Freguesia, já que a primeira personalidade da lista que obtiver mais votos será automaticamente o presidente da Junta. Os restantes membros deste órgão executivo da freguesia serão depois escolhidos pela assembleia eleita. A Assembleia de Freguesia terá por competência acompanhar e fiscalizar a acção da Junta e aprovar os planos de actividade desta. A Assembleia Municipal (de que fazem parte, como membros de pleno direito, os presidentes das juntas de freguesias) compete, por sua vez, acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara e aprovar os planos de acção, orçamento, balanço e contas do Município. Da Assembleia fazem parte os presidentes das Juntas de Freguesia e um número variável de membros eleitos directamente — número que tem de ser sempre superior ao do conjunto de presidentes das Juntas. Deste modo, ao votar nos boletins amarelos, o eleitor escolhe directamente apenas a parte maioritária da Assembleia Municipal. A outra parte — a constituída pelos presidentes das juntas de freguesia — é escolhida pelo eleitor ao preencher o boletim de cor branca (para a Assembleia de Freguesia). Quanto à Câmara Municipal — o «governo» do concelho — o eleitor ao votar na lista sua escolhida está também a escolher o cidadão (o nome que figurar em primeiro lugar na lista que obtiver mais votos) que desempenhará as funções de presidente da Câmara. Os outros membros do governo municipal serão escolhidos na proporção de votos que obtiver cada lista candidata.

Para além da sua cor, cada boletim de voto será identificado por um símbolo.

OFEREÇA WHISKY

BARTELS

VERY OLD
310 \$00

BARTELS

YEARS 5 OLD
199 \$00

CLAN LOCH

BLEND
WHISKY
146 \$00

CENTRO COMERCIAL FOCUS - Largo de Andaluz, 1

Casinos do Algarve

programa até 23 de Dez.

a espectacular

LIZA MARTIN

o sensacional ilusionista

SALVANO

o ballet

JOSÉ BRAVO DANGERS

e o Conjunto do Casino

AVTOR

ALVOR-TEL. (0-032) 231 41

a vedeta internacional

ELAINE DELMAR

o malabarista espanhol

D'ANGOLY'S JUNIOR

o ballet

THE LEON GRIEG FOLLIES

e o Conjunto do Casino

VIGAMOURA

VILAMOURA-TEL. (0-089) 6 53 19/60

a sensacional norte americana

TALYA FERRO

a magia espectacular de

EVEN ALAN

o ballet espanhol

LUIS DE LUIS

e o Conjunto do Casino

M^{re} GORDO

MONTE GORDO-TEL. (0-081) 4 22 24

Espectáculos para maiores de 13 anos

Sala de máquinas - acesso a maiores de 21 anos - Sala de jogos - diariamente das 17h. às 23h.

Autarquias e política - a hipótese de Thanatos

Carlos Casério

1. As eleições para as autarquias locais, apesar de serem simultâneas com a realização dos congressos nacionais dos principais partidos políticos portugueses, não tem dado origem, pelo menos até agora, a um debate claro e generalizado sobre uma das questões fundamentais da democracia, — a repartição do poder político entre nível Central e Local.

Faço que em parte não é estranho, se atendermos ao carácter específico das eleições para as autarquias locais, tendo como finalidade o exercício de um magro poder político, a influência directa das individualidades locais, (ver caciques) sobrepondo-se em muitos casos aos aparelhos de partido e interesses imediatos que estão em questão. Se isso é natural como certamente os resultados não reflectir, não deixa de ser inquietante ver por parte da esquerda uma falta de iniciativa neste domínio.

De passagem esclareça-se certa direita que os resultados prováveis não são fruto de nenhuma desmobilização maquiavélica de alguns partidos, mas sim o resultado lógico do próprio processo.

Condição necessária para a construção de uma democracia local, condição da democracia "tout court" dirão alguns, como também salvaguarda das conquistas até agora efectuadas, e construção que tem uma história nas suas derrotas e vitórias, confundindo-se, no tempo, com o avanço e o recuo das formas mais avançadas da organização da sociedade.

2. A falta de iniciativa da esquerda e extrema-esquerda torna-se ainda mais preocupante se tivermos em conta que as forças de direita também neste domínio só convêm manter o que está, isto é, dado o processo de decência em que se extinguiu na sua quase totalidade da essência do poder local, a mobilidade convém-lhe.

Para os mais esquecidos importa lembrar que era a esse nível que se instituiu «confusão entre poder político e poder administrativo», dispensando até a existência de um partido único organizado (para o exercício do

poder) o qual foi completado pelo controlo financeiro — via Obras Públicas — para a sua completa neutralização.

No sistema assim construído, contrariamente ao que alguns pensam, não foi o Ministério do Interior a entidade que executou a maior repressão sobre o poder local — dois vectores foram utilizados: o das comissões distritais e concelhias UN/ANP, — ao nível político e o MOP ao nível financeiro e técnico.

Estrutura eficaz, com vantagens operacionais evidentes, cuja responsabilidade directa estava disfarçada e possuída de uma segurança exemplar. A imagem de uma neutralidade política, a subordinação a uma «neutralidade técnica» incontestável, foram os instrumentos mais eficazes para se criarem, cuja estabilidade era assegurada pelos interesses corporativos dos órgãos verificáveis.

Verificas as preocupações «de uma verdadeira política», de alguns dos últimos obreiros desse sistema (agora arrependidos?) não pode ser entendido como pura demagogia mas sim como a tentativa deliberada e consciente de nada transformar ou na melhor das (suas) hipóteses, reforçar ainda mais as posições conservadas.

3. A repartição do poder político Central e Local, para além do disposto na Constituição e face à inércia da Assembleia, tem sido na prática transformada por medidas sectoriais de carácter administrativo, sem referência a um projecto global.

Medidas por vezes contraditórias e que tanto vão no sentido da descentralização como vêm reforçar a concentração no poder central. Na maior parte dos casos com os fundamentos de uma pretendida eficiência e «racionalidade técnica» (?) esvaziada do que já pouco resta nas autarquias, a pretexto da sua falta de capacidade. Agrava-se assim mais uma situação que de seguida serve de pretexto para nova investida, num processo em etapas sucessivas que têm como único limite a sua completa exaustão.

Estão no primeiro caso algumas medidas, quanto a nós de acordo com as linhas gerais da

Constituição e do programa do partido do Governo, das quais se pode legitimamente esperar alguns resultados. Relembra-se a entrada em funcionamento do Conselho de Ministros restrito dos departamentos com tutela sobre autarquias, esboçando um princípio de coordenação das intervenções da administração central, assim como o reforço da capacidade técnica das autarquias locais com a criação, ainda não instituída, dos GAT's, e mais recentemente a institucionalização dos serviços municipais de habitação.

Medidas sectoriais, desconcentrando atribuições e competências ou criando as condições para tal, que não podem deixar de ser consideradas elementos positivos dentro de uma perspectiva política do reforço e de uma maior «participação» do poder local, na resolução dos assuntos correntes.

Ao mesmo tempo em sectores de maior incidência política, assiste-se à transferência das últimas parcelas de uma co-responsabilidade entre a administração central e local já de si bastante débil. Processo vasto, cujas consequências políticas devem ser avaliadas e para as quais, sob o ponto de vista técnico não existem justificações idóneas.

A transferência de responsabilidades e/ou extinção de mato-douros municipais e da distribuição de energia eléctrica de baixa tensão, esta última culminando num processo de transformação que politicamente tinha atingido os seus limites antes de 1974, são os dois sectores onde de forma evidente se processou uma transferência sem o mínimo de intervenção das instâncias políticas de tipo colectivo.

Resta, assim, para além dos encargos financeiros decorrentes da instalação e conservação dos serviços da administração central e de alguns estabelecimentos de ensino primário e outras funções menores — o Saneamento Básico e os cemitérios.

Quando ao primeiro já existe no entanto uma linha geral de acção cujo princípio fundamental é o da concentração de meios e a reorganização do sec-

tor numa perspectiva alargada, orientação em si mesmo correcta, mas capaz de se concretizar em mais uma estrutura tecnocrática tutelada pela administração central.

A confirmar-se a adopção da forma jurídica empresa pública entre a multiplicidade de soluções possíveis, resta às autarquias locais em termos de prestação de serviços, os cemitérios.

4. Ao chegarmos aqui, creio que se põem duas opções fundamentais e que podem, sem ironia, determinar inevitavelmente e por longo período a constituição do poder local:

— Manter até ao limite o processo de extinção do objecto sobre o qual se exerce o poder local, solução sem imaginação ao jeito a que nos vamos habituando, ou assumir corajosamente a reformulação das autarquias no que se refere à essência do seu objecto.

A primeira hipótese corresponde à extrapolação da prática corrente antes e depois de 1974, sem qualquer inovação que venha perturbar o consenso generalizado quanto à incapacidade (?) das autarquias para fazer, seja o que for, tecnicamente é de fácil fundamentação, dada a explosão demográfica, a rareficação de um bem escasso — o espaço — o aumento do grau de exigência do consumidor, mesmo quando já defunto, o valor dos terrenos graças aos factores locais, e ainda devido ao crescimento urbano explosivo, ao que se junta facilmente a constatação evidente que faltaria coqueiros (e também mal pagos).

Tudo simples e claro. Apontando logo a solução empresarial para essa actividade estando à escolha, se bem informado, o modelo a adoptar. Made in USA, com o predomínio da empresa privada nesse sector ou a larga experiência da grande e inspiradora França onde tudo isso é serviço de Estado bem controlado.

Um factor decisivo falta concretizar-se. Uma situação de ruptura, geradora de uma certa contestação geral, e devido ao mau funcionamento destes serviços e que a passos rápidos se aproxima.

— A adopção desta hipótese, desastrosa quanto a nós, significava o «triste fim» do poder local e o triunfo final da ignorância e do obscurantismo como a seguir veremos.

A segunda hipótese evitando para já o «requiem» pelas autarquias contém em si potencialidades de vulto, permitindo que as próximas eleições não seja um logro para os candidatos «felizmente» eleitos, e, com um pouco de encargo financeiro sem contrapartida para o País.

O ovo de Colombo desta hipótese é simples — as autarquias são entidades viradas para servir o cidadão, mas com a condição de só o fazer depois de morto, o que finalmente não deixa de ser «original».

Mais do que a hipótese de trabalho, talvez antecipando uma realidade próxima, tem a imensa vantagem de permitir a actividade dos responsáveis locais eleitos e de seguida uma ampla discussão na AR até promulgação posterior de legislação em conformidade.

Eternos optimistas, sempre dispostos «a ultrapassar os limites», mesmo morais (como disse António Sérgio) estamos convictos de que a segunda opção é possível e correcta. Capaz de polarizar a imaginação delirante das massas, para quem o espaço mental em que se movem as asfixias; vamos inventar colectivamente as autarquias que irão servir aqueles que deste Mundo, alegre ou tristemente se vão libertando.

Um princípio asseguramos desde já: terfo lugar todas as gerações passadas e vindouras e sem discriminação partidária. Consgo mesmo vislumbrar, como séculos atrás, arquitectos, operários, etc., concebendo e executando a cidade dos mortos, já que a cidade dos vivos e a cidade exclui a grande maioria (pensamento perigoso) e o surgir de toda uma actividade económica dos vivos para os mortos serviriam — (esta devia ser considerada pelo plano).

5. Reflectindo melhor o risco já segunda opção é bastante maior que a partida pensava — sejam lúcidos.

— Não estaremos a iniciar,

numa época perigosa, novas formas de milenarismo a par das que despontam aqui e acolá, num provimento neo-qualquercoisa, simples recorrência de cultura e formas de organização já passada? (Solução pas-seista).

— Ou pior ainda não estaremos a ser aprendizes de feiticeiros? Não virá essa proposta mostrar que a cidade dos mortos é mais do que uma simples «oposição estrutural» da cidade dos vivos, que a contém e a ultrapassa. Hipótese capaz de perturbar a doce vida dos vivos se crêem, e que na realidade há muito morreram, e capaz de gerar tempestades consideráveis para quem a estabilidade é um supremo bem.

Riscos demasiados, talvez, para uma cultura e um país que se pretende reencontrar e que afinal, dizendo que tudo muda, faz com que nada se altere.

Lucidamente nihilista, nem sequer esta segunda opção vejo possível. Resta saber quem primeiro terá a ideia da forma empresarial a dar aos cemitérios, apesar de chorudo não esqueçam: o negócio não proporciona um número elevado de bons lugares.

Modestamente não estou interessado neste último aspecto, satisficção-me com pouco e dado o que já conheço de alguns aspectos do assunto, tratarei de acautelar o meu futuro, já que todos por lá passaremos mais tarde ou mais cedo.

6. Confesso que ao começar a escrever este artigo, estava longe de encontrar esta saída. Como muitas vezes acontece, descoberta em descoberta, nos damos conta do ridículo das situações e das acções e sem querer somos empurrados para onde menos esperávamos, e damos-nos conta da gravidade de um problema. Face a isto, como dizia um filósofo conhecido, não temos alternativa. As grandes coisas ou se calam ou se dizem com grandeza, isto é, com ironia, escapam-me assim um pouco da minha responsabilidade de autor. Tudo o que for fito e encontrado nada mais é do que o resultado de acções de «outros» cuja lógica nunca chegaremos a entender.

Falar português a várias vozes (ou Portugal e o Brasil entre o passado e o futuro)

José Augusto Seabra

A próxima vida de uma delação oficial do novo Portugal democrático ao Brasil — a primeira a alto nível governamental, após a libertação das peias de uma diplomacia passadista — deve merecer de todos quantos se interessam pela comunidade cultural de ambos os países, para lá dos circunstancialismos políticos, uma reflexão que supere os epifonemas e sentimentais lugares-comuns do «luso-brasilismo» mais ou menos salazaróide, ainda sobre-vivente em alguns nostálgicos da reificação.

A situação histórica em que nos movemos é, para o nosso próprio modo de estar no mundo, de tal forma decisiva, no seu entrelaçamento com os dois países de expressão portuguesa, que não podemos continuar a embalar-nos em mitologias decadentes, sob pena de perdermos, simultaneamente, o nosso passado e o nosso futuro, em vez de lograrmos, até, aquele

«futuro do passado» de que falava Pessoa. Basta atentar em que as nossas relações com os povos africanos passam hoje também pela articulação da nossa política cultural e linguística com a de um país com século e meio de independência, cujas potencialidades de desenvolvimento nos ultrapassam em grande parte, mas que, sem o nosso contributo, se empobreceria irremediavelmente, em termos civilizacionais e não só, acabando, por seu turno, por ser ultrapassado por outras potências que em breve o preteririam.

Numa palavra: o interesse comum de Portugal e do Brasil é o de, reconhecendo-se em liberdade e igualdade perante os novos países independentes, conhecerem essa liberdade e igualdade com factores de multiplicação conjunto de relações paritárias, a fecundar-se numa irradiação internacional mútua. Dela beneficiariam, com efeito, todos os que na Europa, na África

e na América Latina, ou mesmo noutros continentes, continuam a falar o Português. Cada um à sua maneira.

A Língua — não é de mais repeti-lo — não se compadece com fronteiras políticas, embora com elas tenha de constantemente se confrontar. E muito menos com imperialismos exteriores, seja qual for a sua marca de origem, pois institui ela mesma o seu «império». Se um Padre António Vieira — escritor português e brasileiro, indissoluvelmente — foi baptizado pelo poeta dos heterónimos como o «imperador da língua portuguesa», isso significava preciosa-

mente, que esta se situava fora de qualquer império, estando acima e por cima das duas margens do Atlântico, enraizando-se e proliferando entre uma e outra. Os textos do orador jesuíta são tecidos, numa forma barroca, dos filamentos que num vaivém múltiplo os unem e diferenciam.

Esse processo de diferenciação na identidade levou, como se sabe, exactamente um século a consumir-se no Brasil; desde a independência até à Semana da Arte Moderna de 1922. O Modernismo não é mais do que a assunção pelos brasileiros da sua *sintaxe* falada enquanto língua literária: Mário e Oswald de Andrade, como mais tarde Guimarães Rosa, incorporando todos os tempos e todos os espaços, portugueses e brasileiros, da «nossa» língua, fazem dela uma nova língua, no seio da antiga. Iso pela mesma época em que um heterónimo pessoano, exilado no Brasil, o português Ricardo Reis, refluía para os latínismos sintácticos das suas odes, tal é o eterno retorno da língua, a mesma como outra, nos seus «progressos» e nos seus «regressos».

Estão os brasileiros, pela experiência de «pluralismo» linguístico que viveram, em condições de melhor ajudar-nos a compreender a situação dos novos países de expressão portuguesa, homóloga da sua, a mais de um século de distância. Assim como estão em condições de fazer compreender aos países africanos a persistência histórica dos nossos valores culturais, uma vez o colonialismo erradicado. Reversivelmente, nós estamos em condições de retransmitir a brasileiros e africanos tudo o que as suas civilizações nos trouxeram, desde Pero Vaz de

Caminha e Fernão Mendes Pinto, em troca da disseminação da nossa língua, desalienada das suas conotações imperiais. E, finalmente, os povos de África, que perante os brasileiros não têm os ressentimentos de que naturalmente continuamos a ser objecto poderão fazer-nos compreender, através deles, já mais desinibidos, certos dos seus problemas e das suas aspirações — isso sem prejuízo de directamente nos entendermos. A mediação de um terceiro é entretanto, por vezes, o caminho mais fácil, se não mais curto, de chegar ao outro.

Um domínio há em que é cada vez mais possível, nesta perspectiva, criar uma capilaridade fluida de contactos: o das relações entre os escritores de todos os países de expressão portuguesa. Trata-se contudo de uma questão que, pela sua delicadeza intrínseca, não pode ser deixada à diplomacia oficial, por muito aberta que esta seja às suas incidências. Ela exige cuidados especiais, a que só os próprios serão talvez sensíveis. A iniciativa deveria provir espontaneamente dos escritores, após um processo de maturação das consciências. Mas a espontaneidade é flor rara, e como tal tem que ser acarinada e tratada com desvelo.

Já aqui me referi à proposta de João Sarmiento Pimentel, na sua recente vinda a Portugal, da Fundação de uma Associação

de Escritores de Língua Portuguesa, cujo fim seria o de promover a aproximação das literaturas respectivas. Alguns ecos teve, aqui e ali, essa sugestão. Mas ainda esbatidos. Seria esta a oportunidade de voltar a submetê-la à opinião pública e antes de mais à opinião dos meios culturais dos dois países. Esperemos que, quer na comissão do Primeiro-Ministro, quer fora dela, alguém se lembre de que, se a língua serve para nos entendermos, ela não se pode limitar aos códigos oficiais, por mais *fair play* que tenham, protocolarmente, os interlocutores. E se até com a verdade — como dizia Pessoa — há que ser diplomata, a «verdade» das línguas, como se sabe, é a da sua pluralidade infinita, sendo necessário saber falá-la a várias vozes. Como «fingimento» polémico, sim, mas não político.

P.S. — No meu último artigo («Democracia, Sempre») insinuaram-se várias gralhas, que o leitor terá no tanto corrigir eu próprio uma, que alietava sobretudo o sentido do texto. Onde se lia: «não é respondendo ao anátema sem o anátema que as críticas necessárias a tais aberrações poderão ser fecundas», devia ler-se, como é óbvio: «não é respondendo ao anátema com o anátema (etc....)».